



Esboços: histórias em contextos globais
ISSN: 2175-7976
esbocos@contato.ufsc.br
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Iachtechén, Fábio Luciano
CONTRIBUIÇÕES PRELIMINARES DA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H.G. WELLS: ELEMENTOS
DE HISTÓRIA SOCIOEVOLUCIONISTA E DA WORLD HISTORY CONTEMPORÂNEA
Esboços: histórias em contextos globais, vol. 26, núm. 42, 2019, Maio-, pp. 290-308
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594062673008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

CONTRIBUIÇÕES PRELIMINARES DA *HISTÓRIA UNIVERSAL* DE H.G. WELLS: ELEMENTOS DE HISTÓRIA SOCIOEVOLUCIONISTA E DA WORLD HISTORY CONTEMPORÂNEA

Preliminary Contributions of H.G. Wells's *The Outline of History*:
Elements of Social Evolutionary History and Contemporary World
History

 Fábio Luciano Iachtechena^a
<https://orcid.org/0000-0002-5170-4679>
E-mail: fabio.luciano@gmail.com

^a Universidade Estadual de Londrina, Departamento de História,
Programa de Pós-graduação em História Social, Londrina, PR, Brasil

DOSSIÊ

Toda história é história conectada?

RESUMO

O presente artigo tem como proposta analisar a *História universal*, publicada em 1919 pelo escritor inglês H.G. Wells, como representante de um gênero de escrita histórica definido por Doris S. Goldstein como socioevolucionista. Esse gênero teve suas primeiras manifestações no fim do século XIX, com o início da repercussão das teorias darwinistas em algumas obras históricas, mas ganhou contornos mais precisos nas primeiras décadas do século XX, sendo o livro de Wells o mais representativo dessa historiografia. Essas primeiras manifestações foram retomadas em novas abordagens na segunda metade do século XX, com a emergência da *world history*, corroborada por descobertas em diversos campos das ciências naturais e mais bem fundamentada em suas aspirações de articular elementos da biologia evolutiva na análise do processo histórico. Enfim, sugerimos que, na *História universal*, de Wells, alguns elementos articuladores da *world history* estão já presentes, como a opção por uma escala temporal cósmica associada à temporalidade propriamente histórica e a crítica às fronteiras nacionais como convenções artificiais que se configuravam como empecilho ao desenvolvimento de um raciocínio histórico mais amplo e atinente a questões mundiais.

PALAVRAS-CHAVE

História universal. Historiografia socioevolucionista. World history.

ABSTRACT

This article aims to analyze the book *The Outline of History*, published in 1919 by the English writer H.G. Wells, as representative of a historical writing genre, defined by Doris S. Goldstein as social evolutionary history. This genre had its first manifestations in the late nineteenth century, after the repercussion of Darwinian theories on some historical works, but gained more precise contours in the first decades of the twentieth century with Wells's book, the most representative of the so-called social evolutionary history. These early manifestations were retaken in new approaches in the second half of the twentieth century with the emergence of World History, corroborated by scientific discoveries in various fields of natural sciences and better grounded in their aspirations to articulate elements of evolutionary biology in the analysis of the historical process. Finally, we suggest that in Wells's *The Outline of History* some elements that articulate World History are already present, such as the choice for a cosmic temporal scale associated with historical temporality itself and the criticism of national borders as artificial conventions, which hinder the development of a broader historical rationale regarding global issues.

KEYWORDS

The Outline of History. Social evolutionary history. World History.

Em artigo recente, a historiadora britânica Doris Goldstein propôs a identificação de um gênero de escrita histórica com origens no vitorianismo tardio – tomando, por exemplo, algumas obras de W.E.H. Lecky e a influência do darwinismo e da biologia social no pensamento historiográfico – e que se estenderia para as primeiras décadas do século XX, manifestando-se especialmente na chamada *new history* norte-americana e na *História universal*, publicada em 1919 pelo escritor inglês H.G. Wells.

Goldstein (2012) argumenta que esse possível gênero denominado historiografia socioevolucionista reflete os esforços de um grupo heterogêneo de historiadores para propor uma abordagem em novas bases temporais, incorporando conhecimentos sobre arqueologia, paleontologia e geologia, tendo como sustentação o evolucionismo darwiniano.

Essas tentativas de aplicação de teorias biológicas e evolutivas na escrita da história, no entanto, em geral não foram bem-sucedidas. Até pelo menos a metade do século XX, o conhecimento produzido pelas ciências da vida não era capaz de prover informações concretas acerca de culturas e civilizações iletradas e, ao mesmo tempo, não permitia perceber a relevância inequívoca da seleção natural para as sociedades humanas.

Mais recentemente, algumas sínteses pós-darwinianas em biologia evolutiva e genética, associadas a métodos mais precisos de datação de fontes históricas não escritas, deram maior confiabilidade e alcance aos estudos históricos que buscavam sustentação conceitual e metodológica em áreas como a antropologia natural. Para Goldstein, algumas obras e alguns ensaios de autores como William McNeill, David Christian e Daniel Smail, precursores da chamada *world history* (história-mundo) nas décadas de 1960 e 1970, demonstraram a relevância dos avanços da biologia evolutiva para o conhecimento histórico, relativizando fronteiras entre as ciências naturais e humanas e abrindo novas possibilidades de compreensão do fenômeno humano no passado.

Com algum intervalo, elas formariam um gênero de escrita da história que compartilha elementos e princípios metodológicos comuns. Para a autora, essa “nova história socioevolucionista, assim como aquela dos predecessores do século XIX e início do XX, assume a unidade do conhecimento, então não há divisão epistemológica entre os mundos da natureza e da história” (GOLDSTEIN, 2012, p. 42, tradução nossa).¹

Este trabalho pretende analisar a *História universal* de H.G. Wells como exemplo desse novo gênero, uma proposta de abordagem da história que divergia substancialmente dos modelos universalistas concebidos até a Primeira Guerra Mundial, caracterizados essencialmente como compilados de narrativas nacionais rearranjados de forma a compor uma aparente visão universalista da história.

O século XX já experienciava uma consciência, compartilhada por Wells, de que a idade do mundo, bem como de toda a vida e dos seres humanos, não se resumia à interpretação bíblica e, ao mesmo tempo, necessitava de uma revisão imediata dos próprios paradigmas científicos a respeito dessas origens. Tal historiografia de apelo

¹ No original: “This new social evolutionary history, like that of its nineteenth and twentieth century predecessors, assumes the unity of knowledge, so that there is no epistemological divide between the worlds of nature and history”.

nacionalista não tinha condições de prover informações suficientes, por exemplo, para uma abordagem histórica dos povos sem escrita, tampouco estender essa análise para períodos mais antigos, tidos como searas de outras ciências.

O historiador, enfim, ao abdicar desses novos conhecimentos, não estaria apto, inclusive por trabalhar em escalas temporais por demais artificiais, como “impérios” e “nações”, a perceber as importantes mudanças evolutivas na história humana.

Ainda sob o calor dos debates de Versalhes acerca do novo concerto geopolítico mundial e motivado pelo que presenciou deles, Wells publicou sua *História universal*, em fins de 1919, com a intenção de superar o modelo de história que sustentava as relações internacionais do período, calcado na estruturação factual dos processos, na personificação do passado em grandes vultos e na afirmação dos elementos nacionais, como língua e território.

A essência da crítica de Wells à historiografia de sua época estava, portanto, na onipresença europeia como centro irradiador da cultura e modelo civilizacional a ser incorporado por outras nações, algo que se propôs a rever em sua *História universal* na medida em que procurou equilibrar, num mesmo tempo-espacó, a presença de grandes civilizações orientais, buscando configurar de fato uma abordagem pretensamente universal, mesmo que suas fontes de consulta fossem ainda os tradicionais estudos anglo-saxões acerca da dinastias chinesas, por exemplo.

Mesmo assim, o princípio da “provincialização” da Europa, como sugeriu um dos expoentes dos estudos subalternos, Dipesh Chakrabarty (2007, p. 3), já se apresentava imperativo, acarretando um processo de questionamento do protagonismo europeu na produção do conhecimento histórico, inclusive aquele proveniente dos povos colonizados, pois não fazia mais sentido perceber a história europeia como humana universal.

Segundo a proposta de análise de Doris Goldstein, o argumento aqui exposto é que a *História universal* contempla, já no início da década de 1920, alguns elementos da World History, historiografia transnacional e transcultural que reflete o surgimento de uma sociedade de dimensões mundiais, em especial após a Guerra Fria (BENTLEY, 1996). Ademais, a concepção historiográfica de Wells antecipa alguns princípios da chamada história global, identificada como um movimento mais recente, que emerge na década de 1990 com base numa consciência de pertencimento a um mundo globalizado (MAZLISH; BUULTJENS, 1993), um processo de evidente encurtamento das distâncias em função das novas tecnologias, aceleração do tempo histórico, aumento populacional e incremento das desigualdades econômicas e sociais (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 483).

Entre esses elementos, daremos maior atenção àquilo que Patrick Manning (2003, p. 4) definiu como modo de abordagem “científico-cultural” da história global, que “consiste na aplicação de novas fontes não arquivais e de métodos das áreas como a biologia evolutiva, a pesquisa ambiental, a paleontologia, a arqueologia, a química, assim como da pesquisa em linguística e literatura”.

A HISTÓRIA UNIVERSAL E A GRANDE GUERRA

Para os jovens leitores do século XX, H.G. Wells foi um contista de histórias fantásticas, de narrativas que versam sobre sonhos humanos, o tempo futuro e suas implicações sociais, além de tecnologias antevistas. Foi também precursor, ao lado do

escritor francês Júlio Verne, de um gênero literário, a ficção científica, embora tenha se referido por vezes aos textos dessa fase como “romances científicos”.

Sua imaginação foi responsável por narrativas clássicas e imperecíveis imagens simbólicas desenvolvidas pelo gênero, como a viagem temporal em *A máquina do tempo* (1895), a invisibilidade em *O homem invisível* (1896), a questão da natureza humana e seu lado bestial em *A ilha do dr. Moreau* (1897), a invasão belicosa marciana em *A guerra dos mundos* (1898) e as viagens espaciais em *Os primeiros homens na Lua* (1901).

Foi também jornalista e colaborador de diversos periódicos de sua época, desde o período em que estudou ciências naturais na Normal School of Science, de South Kensington. Em quase uma centena de artigos e panfletos, é possível encontrar uma variedade substancial de temas e interesses, desde a questão sexual, incluindo o feminismo e o sufragismo, até a religião, a guerra, o nacionalismo e a educação científica. É justamente nesse campo da educação científica que podemos incluir a *História universal*, que representou uma importante guinada em sua carreira como escritor, antes marcada pela ficção e por ensaios de temáticas variadas.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, como resultado de sua participação como um dos delegados ingleses na “League of Free Nations Association”, Wells esteve envolvido, no fim de 1918, com um grupo de pesquisa ligado à associação e que produziu dois importantes documentos: “The Way to the League of Nations” e “The Idea of a League of Nations”, ambos publicados no início de 1919 com a intenção de servir como parâmetro para os debates acerca da formação da futura Liga das Nações.²

No trecho inicial de “The Idea of a League of Nations”, a apresentação procura demonstrar o papel informativo trazido por especialistas em diferentes áreas:

Um pequeno grupo de qualificados ingleses tem trabalhado por muito tempo na direção da paz universal sob uma perspectiva própria. Formando a Associação da Liga das Nações Livres, eles dividiram os principais problemas entre os especialistas para estudos mais amplos, avaliação e sugestões de solução. Essas investigações, eventualmente publicadas em forma de livro, farão, na opinião do *Atlantic*, um importante tratado sobre a paz mundial. Mas, enquanto isso, o grupo se uniu na compilação do artigo seguinte, que pode servir como introdução a todas as tentativas de uma Liga das Nações (WELLS, 1919, p. 15, tradução nossa).³

² Em setembro de 1919, Wells publicou, na *Atlantic Monthly*, “The Idea of a League of Nations”, no qual prevê uma liga com poderes mais amplos e atuação mais direta do que as propostas anteriormente apresentadas, sobretudo pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson. De fato, Wells propunha uma estrutura governamental para a liga que não se conformaria em ser apenas uma mediadora de problemas geopolíticos, e sim uma entidade com o controle prático e irrestrito de exércitos, marinhas, forças aéreas, indústrias bélicas e similares das nações que a compusessem. Os colaboradores em ambos os artigos foram Gilbert Murray – o único historiador profissional do grupo –, Viscount Bryce, William Archer, H. Wickham Steed, Lionel Curtis e J.A. Spender, tendo Wells como presidente.

³ No original: “A small group of qualified Englishmen have long been working toward Universal Peace from an angle of their own. Forming the League of Free Nations Association, they have divided the principal problems among experts, for extended study, appraisal and suggestions for solution. These inquiries, eventually to be published in book form, will, in the *Atlantic*’s belief, form a highly important treatise on World Peace; but, in the meantime, the group has united in the compilation of the following article, which may well serve as an introduction to all attempts at a League of Nations”.

O fim da Grande Guerra representou também um período de grandes esperanças, e esses panfletos traduzem o esforço derradeiro em demonstrar a necessidade de um entendimento comum, preferencialmente a partir de uma história comum dos povos humanos. Tais textos resumem a ideia central de H.G. Wells sobre a história e como ela era ensinada como responsável pela guerra. Essa distorção do passado é abordada em “The Idea of a League of Nations” em diversas passagens que demonstram que a historiografia de fronteiras nacionais havia produzido um discurso histórico que servia apenas para confirmar o *status quo* imperial e beligerante no qual estavam imersas as potências europeias.

Em sentido geral, a Grande Guerra teria produzido seu efeito devastador não só porque teve na ignorância e na falta de sensibilidade política de diplomatas e governantes europeus um fator essencial, mas também porque cada nação envolvida direcionou milhões de estudantes a uma perspectiva cívica e patriótica, baseada num ensino da histórica metodológica, factualmente organizado sob uma perspectiva nacionalista em seu sentido maior, ou seja, calcada numa língua pátria, respeitando fronteiras físicas/geográficas e construído a partir de símbolos, líderes e mártires que reforçaram a importância do local de nascimento e pertencimento como valores fundamentais à própria existência (WELLS, 1919, p. 18).

A desilusão proporcionada pelo malogro da liga em seu nascedouro despertou em Wells o sentimento de que as respostas para explicar o contexto europeu das primeiras décadas do século XX estavam no passado. Uma nova história estaria por ser escrita, na qual as ideias tomariam espaço central e as multiplicidades étnica e social da humanidade deveriam ser equitativamente contempladas. Sua ideia primeira foi aproveitar os debates formadores do plano de uma liga de nações para sugerir que tal história da humanidade fosse produzida por um grupo de mentes coordenadas, o que não foi possível concretizar, seja pelo tempo e pelo esforço a serem empreendidos, seja pela falta de *expertise* para lidar com um campo de conhecimento no qual apenas Gilbert Murray atuava profissionalmente.

“A HISTÓRIA HUMANA COMO UMA CORRIDA ENTRE A EDUCAÇÃO E A CATÁSTROFE”

A sentença que intitula essa seção e aparece na parte final do último capítulo da *História universal* se tornou, em meio à grande produção bibliográfica de Wells, sua citação mais importante reproduzida ao longo dos anos. Em certa medida, ela sintetiza a importância central do ensino da história no início do século XX. O título principal da obra em inglês, *The Outline of History*,⁴ não faz jus à sua ambição. O subtítulo, *Being a Plain History of Life and Mankind*, apresenta uma explicação mais bem formulada

⁴ Em inglês, *outline* pode ser traduzido como “esboço”, “delinear” ou “contorno”. Escrita entre os anos de 1918 e 1919, foi publicada pela primeira vez em fascículos ilustrados. Cuidadosamente revista, foi transformada em livro em 1920. Novamente revista, foi reorganizada para a reedição de 1923, que ganhou nova edição ilustrada em 1925, sendo esta objeto de interpelação por parte de Hilaire Belloc. Em 1930, foi reeditada e aumentada, ganhando novas notas e correções, inclusive proporcionadas por correspondentes de Wells, aproveitando sua grande popularidade. A *História universal* sofreu ainda uma revisão final em 1932, base para a edição em português utilizada neste trabalho, publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1958, com tradução de Anísio Teixeira e revisão de Monteiro Lobato.

sobre as características da obra, mas foi subtraído das edições nacionais pelo fato de “história universal” ser uma expressão que se adapta melhor à estrutura da obra e que, por si só, se apresenta ao leitor.

Podemos compreender a palavra *plain* em seus dois sentidos primordiais (plano, raso, liso) ou *plainly* (claramente, abertamente), e, ainda, os termos *life and mankind* como uma alusão à história do gênero humano, desde os primeiros organismos vivos até a complexificação das relações humanas e suas instituições jurídicas, econômicas e sociais.

Escrita a partir do fim de 1918, meses após o fim da Primeira Guerra Mundial, e finalizada em dezembro de 1919, *The Outline of History* teve – primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos e, depois, em grande parte do universo letrado – uma excepcional vendagem⁵ e uma consequente inflamada recepção, que lhe rendeu uma série de críticas profissionais, artigos de opinião e manifestações de desagravo. Tais críticas quase sempre consistiam na revindicação da presença de fatos e personagens teoricamente omitidos.

Parte importante dos comentários em relação à *História universal*, todavia, propunha um debate teórico-metodológico que criticava o evolucionismo social que acompanhou Wells e seu ideário, ou mesmo críticas à sua falta de isenção e excessivo julgo pessoal sobre o passado como um pecado historiográfico capital, mesmo para um não profissional.

Na própria introdução da *História universal*, Wells deixou claro que sua proposta de revisão da história não abandonaria os temas relacionados ao poder como principais condutores dessa grande novela da humanidade que apresenta ao leitor comum. A questão reside na forma como a política era tratada e retratada. Assim, é possível sugerir, apesar de o próprio Wells definir sua proposta como uma nova história, que as novas possibilidades temáticas e metodológicas de cunho sociológico, antropológico e cultural, que vinham sendo levantadas nas primeiras décadas do século XX como características da chamada nova história, não constituem necessariamente o fundamento metodológico da proposta historiográfica de Wells.

A ideia era propor uma nova abordagem da história política, de modo a inspirar os rumos da reorganização geopolítica mundial posterior à Primeira Grande Guerra e, por que não dizer, os próprios rumos da humanidade, seguindo a intensidade de suas pretensões.

Semelhante trabalho [a constituição da comissão inglesa para os debates na Liga das Nações] havia de forçosamente envolver participação nas discussões e levou ainda à organização de uniões e sociedades de propaganda. Os debates nessas associações revelaram, soberanamente, a importância vital em todas as atividades políticas de determinada concepção sobre o passado.

⁵ Os números de *Outline of History* foram realmente impressionantes para a época. No fim de 1921, cerca de 150 mil cópias da edição integral, composta por seis volumes, haviam sido vendidas na Inglaterra, e cerca de 500 mil cópias nos Estados Unidos, onde a popularidade de Wells o colocou entre os autores de não ficção mais vendidos da década. A tradução para mais de vinte idiomas, a maioria com vendas expressivas, colocou a *História universal* entre o seleto grupo dos livros com circulação superior a 1 milhão de exemplares entre os anos 1920 e 1940 (ROSS, 2002, p. 13).

Com efeito, que são as atividades políticas de um homem senão sua ideia do passado posta em ação? (WELLS, 1959, p. 4).

Com o intuito de promover um debate diferenciado na constituição da Liga das Nações e no processo de reorganização mundial pós-Primeira Guerra, a ideia central de Wells era discorrer sobre alguns contextos históricos que exemplificariam a vocação europeia para a unidade, buscando justificativas para o que classificou como uma obstinada busca da manutenção de um império na Europa, ora baseado nos exemplos de expansão e conquista característicos da Antiguidade clássica, ora identificado nos projetos de unificação fundamentados na cristandade, propostos em diferentes momentos históricos.

Essa proposta inicial, todavia, foi extrapolada, adquirindo contornos universais, e foi se adequando a essa ideia de universalidade uma extensa e diversa relação de civilizações e grupos humanos, apresentados em narrativa pretensamente unificadora.

De maneira geral, entre os aspectos que caracterizam a *História universal*, podemos destacar o caráter popular, manifestado nos já comentados números de vendas, que proporcionam uma análise sobre sua atribuição como instrumento de educação geral. Certamente, a intenção de Wells não era produzir uma obra especializada para um público segmentado e talvez nesse segmento encontrar um novo sucesso editorial. Suas pretensões passavam pela necessidade de informar um número expressivo de pessoas sobre sua condição humana universal, segundo Wells abalada pelo flagelo da Grande Guerra, que se constituía, porém, como uma oportunidade ímpar para um reordenamento das atividades humanas, tudo isso tendo a história como justificativa e ferramenta principal.

Outra característica importante da obra é a linguagem empregada, que se pressupõe histórica, pois propõe analisar o passado como objeto central, mas traz consigo componentes literários. A intenção de Wells era se comunicar com um público mais amplo. Para tanto, seu discurso histórico se propõe bastante direto e simples, prevalecendo a natureza narrativa/informativa a respeito de civilizações, eras, impérios e movimentos humanos que tenta articular como componentes de um único, orgânico e evolutivo processo histórico.

É essa característica orgânica, proposta por Wells como modelo de sua historiografia, no entanto, o cerne das principais controvérsias geradas desde a primeira edição da *História universal*. Na própria introdução da edição de 1932, por sinal a última que recebeu novos trechos, informações ou supressões, Wells apresenta um novo item denominado “Da razão de certas omissões e acréscimos”, no qual justifica as principais modificações incorporadas. Entre elas, estão algumas descobertas arqueológicas consolidadas na segunda metade da década de 1920, denotando sua preocupação em reforçar o argumento evolutivo para sua história.

Outros acréscimos tornaram-se indispensáveis, em face do progresso dos escavadores. É difícil, hoje, para o autor, conservar-se em dia com os alviões. Desde a última revisão deste escorço, não faltaram acontecimentos interessantes: a descoberta do crânio de Taung na África do Sul, o crânio de criatura com traços de homem na face e maxilas; o reconhecimento de afinidades entre os primitivos sumerianos e os povos do norte da Índia – a

primeira verificação de algo definitivamente histórico na Índia de 600 ou 700 antes de Cristo (WELLS, 1959, p. 16-17).

Além desse novo item, presente na introdução, o próprio começo da *História universal* foi alterado na edição de 1925. O texto original de 1919 se iniciava com um capítulo chamado “O mundo antes do homem”, que continha subtítulos como “As primeiras coisas vivas” e “Seleção natural e a transformação das espécies” (WELLS, 1959, p. 16). Esse capítulo tinha considerações essencialmente biológicas sobre a origem da vida, enfocando os processos físico-químicos que contribuíram para a materialização desse fenômeno.

Já as edições posteriores foram acrescidas de um capítulo anterior chamado “A Terra no espaço e no tempo”, em que Wells procura associar as origens biológicas da Terra às principais ideias e conceitos em voga no período, numa tentativa de demonstrar a fundamentação científica de seus argumentos, além de relacionar a história humana com os primeiros processos orgânicos de nossa constituição.

Nesse mesmo trecho, Wells faz questão de ressaltar a capacidade humana historicamente recente de promover tais assertivas com precisão argumentativa, algo que só o raciocínio lógico fundamentado em preceitos científicos poderia oferecer. Como exemplo da precariedade anterior do debate sobre as origens do Universo e da humanidade, Wells aponta um livro — também chamado nessa edição em português de *História universal* —,⁶ publicado no fim do século XVIII em Londres, que ocupa seu início com a delimitação precisa da criação do mundo.

Na *História universal*, publicada em Londres, em 1779, afirmava-se que o mundo fora criado no ano de 4004 a. C., e (com amável exatidão) no equinócio do outono, coroando a obra da criação, a fatura do homem no Éden, à margem do Eufrates, exatamente dois dias de viagem acima de Basra. O crédito dado a tais assertos provinha da interpretação excessivamente literal da narrativa bíblica. São poucos hoje, mesmo entre os mais sinceros crentes na inspiração da Bíblia, que aceitam tais afirmações como positivas (WELLS, 1959, p. 22).

Dessa forma, a proposta histórica de Wells tem uma relação direta com alguns campos da ciência que se consolidam no século XIX e deles retira sua força argumentativa sobre nossas origens. Nesse mesmo trecho, o autor faz breve menção à paleontologia, que rompeu uma barreira temporal humana que tinha nos textos sagrados seus limites cronológicos, e à geologia, que tornou possível verificar a extensão incomensurável de nossas origens biológicas. As perspectivas da história humana se alargaram substancialmente no tempo e no espaço, passando de alguns milhares de anos para o campo dos milhões.

⁶ Nessa citação, Wells provavelmente faz referência à obra ilustrada *Universal History: from Earliest Accounts to the Present Time*, publicada por conhecidas casas editoriais inglesas do período, como Murray, Lower, Crowd, Newbery, entre outras. Outros exemplos de construção histórica nesse formato universal com inspirações providencialistas podem ser observados com relativa frequência, seja em períodos anteriores, como no *Discurso sobre a história universal* de Bossuet, no século XVII, seja na *História universal* de Cesare Cantù, em meados do século XIX.

A AURORA DA HISTÓRIA

As ideias-força da proposta histórica de Wells estão presentes especialmente no primeiro terço dos seus quarenta capítulos. O livro é fundamentado na habilidade de Wells em organizar um conjunto de conhecimentos de diversas áreas científicas numa narrativa, demonstrando quão históricas são as ciências da vida e articulando um tempo cósmico como prenúncio de um tempo humano, ambos compondo uma história pretensamente universal. Ao mesmo tempo, Wells sugere uma filosofia da história que mantém sua inspiração no darwinismo como grande narrativa do mundo.

Como seguidor de Thomas Huxley, Wells não era adepto da seleção natural como uma lei inexorável, e sua descrença na beneficência da natureza fez com que não tivesse ilusões sobre um destino humano pré-traçado. Processos evolutivos como “luta” e “sobrevivência” poderiam ser direcionados pela intervenção humana organizada, podendo se transformar inclusive em cooperação, exatamente o oposto sugerido pela seleção natural.

Ao fim do período Neolítico e acompanhando o surgimento das primeiras civilizações, Wells usa a expressão *the dawn of history* para definir o momento em que o ser humano passa definitivamente a estabelecer um convívio social organizado e consolida, portanto, as condições de unidade sugeridas adiante. Nos trechos iniciais, o surgimento das primeiras concepções religiosas é abordado com base numa explicação psicológica, baseada no que chamou de *fear of the old man*, base de mitos e lendas em torno dos quais as primeiras manifestações da religião humana foram concebidas.

Uma vez que o homem passa a tomar alguma consciência de sua necessidade pessoal por proteção, direção e uma força interna além do próprio poder, há o surgimento do sacerdote, que passará a normatizar e intermediar essas manifestações de fé. O templo, o padre e o sacrifício são vistos como sintomas de um declínio moral das religiões, antes marcadas por uma simplicidade e pureza não mais observadas, passando para um sistema de superstições, dogmas e tradições.

A essência do cristianismo é apresentada, em sua maior parte, pela grande revolução social perpetrada por Jesus de Nazaré, que Wells sugere ser um personagem histórico, portanto datado e integrado à dinâmica histórica, numa época em que os manuais concentraram a atenção na expansão da civilização imperial romana. Sua abordagem sugere que o evangelho proclamado por Jesus constituiu uma manifestação contra o egoísmo individualista, ao mesmo tempo que denunciava o lucro privado (WELLS, 1959, p. 283-290).

Com base nessas considerações, é possível entender por que Wells dedica menos espaço a artes e religiões da Antiguidade oriental, como a egípcia ou a mesopotâmica, já que suas manifestações seriam calcadas em tradições e superstições mais obscuras, normalmente associadas ao politeísmo, sendo, para o autor, portadoras de uma mentalidade social atrasada.

Manifestações como o autocastigo e o sacrifício de pessoas e animais estariam ligadas a um tipo racial congênito, denominado por Wells de *dark-white (and brown skinned) Mediterranean race*, dono de um temperamento essencialmente supersticioso (WELLS, 1959, p. 191-194). De fato, Wells submete seu raciocínio a um racialismo comum a determinados grupos intelectuais de sua época, e sua história não é exceção ao manifestar posições como julgar, por exemplo, arianos e mongóis, dinâmicos e

conquistadores, como mais aptos à cooperação e ao desenvolvimento social do que outros grupos.

A ideia de um processo emergente de cooperação internacional e harmonia social fundamentada numa ética altruísta e na emancipação intelectual humana ganha contornos mais definidos durante o período que chamamos de Idade Média. A unificação papal no fim do Império Romano é positivamente avaliada como um processo que veio a traçar um elemento cultural comum a territórios antes unidos por Roma.

Wells percebe as Cruzadas como a manifestação de um desejo comum à cristandade, mas a Igreja de Roma, enfim, teria falhado em levar a proposta unificadora do cristianismo primitivo adiante, transformando sua estrutura em um complexo burocrático e de poder: “Vimos a República Romana naufragada, e aqui vemos a Igreja falhando em sua missão mundial, em grande parte através de métodos eleitorais ineficazes” (1959, p. 648).

É interessante notar que o que convencionamos chamar de Idade Moderna e Contemporânea, períodos históricos mais próximos de nós cronologicamente, sobre os quais temos mais informações e acesso às fontes, compõem apenas uma parte da *História universal*. Do Renascimento, das Grandes Navegações e das Reformas Religiosas até o fim da Primeira Guerra Mundial se tem cerca de um quinto dos capítulos escritos por Wells. Se comparado com as tradicionais propostas de história universal, esse é um rearranjo temático e temporal digno de nota.

Um elemento comum a toda história da humanidade apresentada por Wells consiste na relação de contradição entre os hábitos dos povos nômades e sedentários, um processo de diferenciação iniciado desde o fim do Neolítico e que estendeu suas consequências por boa parte da história.

Desde o início da história, os povos nômades e sedentários têm estado em oposição. Já falamos sobre as invasões semíticas e elamitas sobre a Suméria; vimos o império do Ocidente ter sido esmagado pelos nômades das Grandes Planícies, a Pérsia conquistada e Bizâncio abalada pelos nômades da Arábia. Sempre que a civilização parece estar sufocada em meio às ervas daninhas da dívida e servidão, quando sua fé parece apodrecer no cinismo e seus poderes de crescimento estão irremediavelmente enredados em fórmulas enfraquecidas, o nômade entra como um arado para romper a estagnação apodrecida e lançar novos começos. A agressão mongol, que começou no século XIII, foi a maior e até agora a última de todas essas destruições reutilizadas pela associação humana (WELLS, 1959, p. 666).

Assim, nomadismo e sedentarismo representam dois ideais sociais distintos, postos em oposição por Wells, e são definidos pelo que chamou de *communities of faith and obedience*, como as primeiras civilizações, e *communities of will*, representadas desde os princípios da história principalmente pelos povos nórdicos, hunos e mongóis. O espírito nômade, seja germânico, seja semítico, “foi mais diligente e ereto do que o dos povos sedentários” (WELLS, 1959, p. 667), ou seja, as grandes mudanças, a criatividade, a iniciativa e o dinamismo social são associados ao modo de vida nômade e explorador.

O nomadismo seria uma espécie de termo alternativo e anterior ao conceito de civilização, enquanto os povos sedentários forjaram sua estrutura social e cultural em tradições e misticismos como elementos centrais de sua perpetuação. Essa separação, que permeia toda a obra, é retomada por Wells na conclusão:

Neste livro, procuramos mostrar dois grandes sistemas de desenvolvimento interagindo na história da sociedade humana. Vimos, a partir dessa especial cultura neolítica posterior, o heliolítico, a cultura nas partes aluviais mais quentes do mundo, as grandes civilizações primordiais, sistemas fecundos de subjugação e obediência, vastas multiplicações de homens industriais e subservientes. Mostramos a relação necessária dessas primeiras civilizações com os primeiros templos e com os reis-deuses e os deuses-reis. Ao mesmo tempo, traçamos o desenvolvimento a partir dos povos errantes do neolítico, que se tornaram povos nômades em grandes grupos, como os arianos e os povos huno-mongóis do noroeste e do nordeste (de uma fase heliolítica) e os semitas dos desertos da Arábia. Nossa história tem contado sobre uma repetida devastação e renascimento das civilizações originalmente aperfeiçoadas por esses povos mais duros, ousados e de espírito livre das estepes e do deserto. Já mostramos como essas inusitadas injeções nômades alteraram constantemente as civilizações primordiais, tanto no sangue como no espírito; e como as religiões do mundo atual, e o que hoje chamamos de democracia, a ousadia da investigação científica moderna e uma inquietude universal, são devidas a essa “nomadização” da civilização. As antigas civilizações criaram tradição e viveram pela tradição. Hoje o poder da tradição é destruído. O corpo de nosso Estado ainda é civilização, mas seu espírito é o espírito do mundo nômade. É o espírito das Grandes Planícies e do alto mar (1959, p. 725-726).

A HISTORIOGRAFIA SOCIOEVOLUCIONISTA E A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA GLOBAL

A premissa básica do que a historiadora britânica Doris Goldstein definiu como historiografia socioevolucionista está na relação entre a história e a biologia, que deveriam ser pensadas como um *continuum*, antes de duas esferas epistemológicas separadas. Seriam áreas que se influenciariam mutuamente – a biologia ofereceria um sentido essencial para a história, que, por seu turno, proporcionaria uma visão mais ampla do passado humano, para além do contexto bíblico. Essa ideia ganhou força em fins do século XIX, com a fundamentação histórica dos estudos sobre os fenômenos da vida em geral – seja na geologia, na paleontologia e na antropologia biológica, seja sobretudo nas teorias darwinistas que utilizaram uma ampliação sem precedentes na escala temporal humana como um dos fundamentos centrais de sua argumentação.

Segundo Goldstein, os precursores desse novo gênero seriam os historiadores William Edward Lecky e James Harvey Robinson, além de H.G. Wells, produtores de uma historiografia popular, transnacional e que se propunha uma alternativa ao modelo rankeano (GOLDSTEIN, 2012, p. 41-42).

Seu argumento sugere que determinado gênero de escrita histórica surgiu da relação de interseção entre um conjunto de conhecimentos oriundos das ciências naturais e o processo de revisão pelo qual passou a produção do conhecimento histórico no início do século XX, formando uma espécie de identidade possível de ser associada a um grupo de historiadores que, em diferentes épocas, retomam sob novos moldes essa relação.

Em primeiro lugar, Goldstein propõe que, nas primeiras décadas do século XX, houve um descrédito da validade das premissas evolutivas aplicadas à história, uma posição que refutava sobretudo o eurocentrismo, associado imediatamente a uma possível aplicação social do darwinismo. Autores como o antropólogo Franz Boas e Frederick Teggart, um “novo historiador” da costa oeste, propunham uma relativização do escalonamento evolutivo das culturas humanas, argumentando que elas não pressupõem diferentes fases rumo a um estado de civilização, cujo modelo seria o europeu ocidental. Boas, por exemplo, defendeu que o método comparativo seria insuficiente para a antropologia, que deveria se pautar pelas particularidades históricas de cada grupo humano estudado (1896, p. 901-908; TEGGART, 1918, p. 2-40).

As ciências naturais teriam sido revividas no fim dos anos 1940 como uma alternativa às explicações eminentemente culturais sobre o comportamento humano, ao menos nos Estados Unidos. Já nos anos 1980 e 1990, Goldstein lembra que a clonagem e o mapeamento genético foram fatores fundamentais para despertar o interesse para que uma nova abordagem da biologia por parte das ciências humanas e sociais fosse realizada com maior intensidade. Ele cita Carl Degler e seu *In Search of Human Nature*, de 1991, como um exemplo desse diálogo interdisciplinar em novas bases. Lembra ainda do editorial de 1999 da prestigiada *History and Theory*, conclamando os historiadores a pensar a pertinência (ou permanência) do evolucionismo na sua prática (DEGLER, 1991; SHAW, 1999). Em suas palavras,

as descobertas da biologia, da geologia e da paleontologia no século XIX levaram à conscientização da idade da Terra e da Antiguidade da espécie humana, ainda que correspondessem a uma compreensão teleológica do selecionismo darwinista. Um animado evolucionismo andou de mãos dadas com a crença na direcionalidade da história. Essas atitudes encontraram expressão no evolucionismo de *Rationalism and the Morals* (Lecky) e, em certa medida, na escrita histórica de H.G. Wells e J.H. Robinson. A síntese moderna do selecionismo variacional darwiniano e da genética minou as explicações teleológicas e possibilitou as realizações empíricas e teóricas da biologia evolucionária desde meados do século XX (GOLDSTEIN, 2012, p. 56, tradução nossa).⁷

⁷ No original: “The discoveries of the nineteenth century biology, geology and paleontology led to awareness of the age of the Earth and the antiquity of the human species, yet appeared to accommodate a teleological understanding of Darwinian selectionism. Cheerful evolutionism in nature went in hand with belief in directionality in history. These attitudes found expression in the social evolutionism of the *Rationalism and the Morals* (Lecky), and to some extent in the historical writing of H.G. Wells and J.H. Robinson. The modern synthesis of Darwinian variational selectionism and genetics undermined teleological explanations and made possible the empirical and theoretical achievements of evolutionary biology since the middle of the twentieth century.” Apesar desta passagem conclusiva de seu artigo

Semelhante associação pode ser encontrada num estudo de William Green sobre como os historiadores periodizam a história. Nos trechos finais, o autor faz uma exposição a respeito das continuidades que conectam o discurso socioevolucionista do século XIX com determinada historiografia que emerge na segunda metade do século XX. Sua tese é a de que uma estrutura conceitual dos membros da *World History* corresponde ao que propunham progressistas e teóricos da evolução do século XIX. Entre as analogias possíveis, Green afirma que ambos abraçaram a história humana desde suas origens e, além disso,

assumiram que existem qualidades comuns e universais à natureza humana, bem como que a natureza humana gera desenvolvimento social e cultural. Ambos consideraram a mudança gradual e constante, identificando a direção da mudança como uma evolução de homogênea para heterogênea, de simples para complexa. Eles acreditavam que, no fim, a mudança ocasionou melhoria na qualidade de vida humana – os acadêmicos do século XIX estavam confiantes nisso, e os historiadores do mundo contemporâneo tornam esse caso mais sutil, às vezes até apologético. Ambos fizeram o mesmo tipo de pergunta: como as pessoas se tornam civilizadas? (1995 p. 57-58, tradução nossa).⁸

Essa corrente – no sentido de cadeia, concatenação – estaria completa ao seguirmos a premissa de que, em linhas gerais, os mesmos pressupostos historiográficos apresentados por H.G. Wells e James Harvey Robinson estariam presentes na produção histórica atual, representada pelos *world historians*, proponentes de uma influente historiografia denominada genericamente *world history*, ou *global history*, e que tem como principais representantes nomes como William McNeill e David Christian.

Talvez a primeira *world history* moderna seja *The Rise of the West* (1963), de McNeill, cujo subtítulo, *A History of the Human Community*, indica suas pretensões em apresentar um desenvolvimento temático da história humana, abandonando a periodização tradicional para incluir uma origem pré-histórica associada aos povos ocidentais.

Em artigos para a *History and Theory*, McNeill (1998, 2001) explicitou sua visão sobre a necessidade de pensar o passado sob uma perspectiva integrada e evolutiva

fazer uma associação imediata entre Wells e o darwinismo, é necessário dizer que a autora faz uma análise pertinente da questão ao propor, em determinado trecho, que o evolucionismo de W. Lecky, baseado nas suposições naturalistas de seleção e adaptação, não é o mesmo de Wells, um céptico em relação à beneficência da natureza. “Luta” e “sobrevivência” são parte de uma natureza que, em nós humanos, estaria sujeita a intervenção mediante um “ethical process” [processo ético], pontua Goldstein, ao lembrar da influência de Huxley em seu pensamento (GOLDSTEIN, 2012, p. 46).

⁸ No original: “Both have assumed that there are common and universal qualities to human nature and that human nature generates social and cultural development. Both have considered change to be gradual and constant; both have identified the direction of change as evolving from homogenous to heterogeneous, from simple to complex; both have believed that, on balance, change has occasioned betterment in the quality of the human life (nineteenth-century scholars were boldly confident of this; contemporary world historians make this case more subtly, sometimes even apologetically). Both have asked the same kinds of questions: how do people become civilized?”

como condição para a prática da *world history*, por exemplo, ao contemplar alguns padrões humanos que só podem ser observados sob essa escala analítica, como o que chamou de “seletiva pressão pela complexidade”.⁹

É importante considerar que o evolucionismo defendido por McNeill não considerava os mesmos pressupostos hierarquizantes que determinada concepção biológica da história manifestou em momentos anteriores à Primeira Guerra, pois sua sugestão consistia em sustentar que as culturas indo-asiáticas tiveram um papel importante na formação da Europa, um movimento possível de ser percebido em escala temporal maior.

Em *Maps of Time: An Introduction to the Big History* (2005), David Christian aproveitou o desafio conceitual de McNeill e acabou por alargar seu escopo, propondo uma história natural desde o universo inanimado, do surgimento de estrelas e galáxias, até a era moderna e sua apresentação de um mundo unificado pela globalização, um exemplo do que poderíamos chamar de *global history*.

Sua análise parte da rejeição da premissa de uma divisão epistemológica entre as ciências naturais e humanas e se apresenta como crítica da redução que se fez da biologia aplicada aos fenômenos sociais. Em vez disso, sugere uma abordagem não reducionista que enfatiza o desenvolvimento da mentalidade humana como um grande mecanismo em adaptação, em contrapartida à tese da simples herança genética das aptidões. Como sugeriu em artigo posterior: “Defino a história universal como a tentativa de entender o passado em todas as escalas possíveis, até as da cosmologia, e fazê-la de maneira que faça justiça à contingência e especificidade do passado e aos grandes padrões que ajudam a dar sentido aos detalhes”, definição que se encaixa perfeitamente ao modelo wellsiano de história universal (CHRISTIAN, 2010, p. 8, tradução nossa).¹⁰

Segundo Fred Spier (2010), o termo *big history*, cunhado por Christian, define uma versão mais radical do que seria o objeto da história sugerido pela *world history*, uma abordagem que insere a história humana num contexto cósmico, dos princípios do Universo até os dias de hoje, ou do Big Bang até o Big Mac, expressão que passou a ser utilizada para definir esse amplo contexto a partir do livro de Eric Schulman (1999). É uma quebra radical em relação aos modelos sustentados até então, pois o escopo da história se confunde com o próprio surgimento da vida em si. Por fim, representa uma nova estrutura teórica para a ciência, porquanto o conhecimento científico passa a ser integrado.

Para Spier (2010, p. 26), o gênero historiográfico que compartilha, cujos expoentes são William McNeill, Jeremy Bentham e David Christian, foi iniciado por H.G. Wells, o primeiro a efetivamente escrever uma *big history* com tais características.

⁹ Após a contribuição inicial de McNeill para a configuração da *world history*, outros modelos surgiram aproveitando as premissas iniciais de uma visão panorâmica e integradora da história. Como exemplo, temos a história ambiental de Alfred Crosby *Imperialismo ecológico*, que aborda fenômenos ambientais observados na Europa em cerca de mil anos, desde a Baixa Idade Média até início do século XX. Outro exemplo de *world history* possível está na proposta de John Willis Jr., que toma o ano referencial de 1688 para traçar uma história universal dos acontecimentos concretos especificamente a esse ano, uma abordagem cujo sentido universal é mais espacial. Ver CROSBY, 1993 e WILLIS JR, 2001.

¹⁰ “I define universal history as the attempt to understand the past at all possible scales, up to those of cosmology, and to do so in ways that do justice to the contingency and specificity of the past and to the large patterns that help make sense of the details.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, podemos considerar que há uma filosofia da história implícita na *História universal* de H.G. Wells, cuja essência aponta para uma história humana pautada por tentativas de unificação identificada em diferentes formas de governança. Algumas delas, em cada época e respeitando suas limitações, foram concebidas como mundiais, com base na influência religiosa, das conquistas imperiais ou mesmo de trocas culturais a partir de grandes diásporas e/ou da manifestação do espírito nômade.

Para Wells, desses momentos de unificação algumas lições poderiam ser apreendidas, como no caso da autoritária Roma da Antiguidade e do imperialismo moderno representado por Napoleão Bonaparte. Enfim, mesmo considerando que tais experiências não configuraram exatamente o modelo de governança mundial que idealizou, elas não deixam de ser exemplares do que um desejo orquestrado de unificação poderia produzir.

Essa ideia de história segue princípios evolutivos e defende que existem grupos humanos mais aptos que outros a se tornar protagonistas do processo de desenvolvimento histórico, candidatos a ser uma espécie de elite dirigente em cada época, uma classe apta a promover mudanças sociais planejadas e enfrentar os inerentes desafios naturais. Nesse arranjo temporal múltiplo, há um tempo da natureza, de caráter cósmico, dos fenômenos vivos, animais e vegetais, o qual tem uma duração evolutiva, direcionada, determinada e irreversível.

Nesse tempo de longuíssima duração e de movimentos naturais regulares, praticamente estático em essência, são inseridos uma série de movimentos duráveis, singulares e finitos, que se traduzem em temporalidades que se sobrepõem sem se justapor. Há, na verdade, uma relação simbiótica entre essas diferentes temporalidades que coexistem simultaneamente, na medida em que o tempo cósmico, ou melhor, a consciência sobre ele, permite que o tempo humano, psicológico e coletivo possa surgir e adquirir sentido. Assim, sob o signo maior da uniformidade, da homogeneidade e da determinação, percebe-se a mudança, a adaptação e a descontinuidade.

Na historiografia de Wells, percebe-se a aceitação da evolução como princípio histórico elementar, traço sugerido por Doris Goldstein como fundamental e unificador da literatura histórica que denominou de socioevolucionista. Ele manifestou uma predileção metodológica pela compreensão interdisciplinar da história, especialmente com a contribuição das ciências naturais – que permitiram o alargamento do escopo espaço-temporal humano durante a segunda metade do século XIX –, como a biologia evolutiva, a arqueologia e a antropologia física, e também das ciências sociais, como responsáveis por oferecer um instrumental técnico e conceitual que daria conta da complexidade e da diversificação humanas, um desafio que a historiografia denominada “tradicional” não poderia mais enfrentar.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. The Limitations of the Comparative Method of Anthropology. *Science: New Series*, Washington D.C. 4, n. 103, p. 901-908, dez. 1896.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

CHRISTIAN, David. The Return of Universal History. *History and Theory*, Middletown, v. 4, n. 49, p. 6-27, dez. 2010.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico*: a expansão biológica da Europa: 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEGLER, Carl. *In Search of Human Nature*: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought. Oxford: Oxford University Press, 1991.

GOLDSTEIN, Doris S. The Making of Social Evolutionary History. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 1, n. 61, p. 41-58, 2012.

GREEN, W. A. Periodizing World History. *History and Theory*, Middletown, v. 2, n. 34, p. 99-111, 1995.

HAYNES, Rosalyn. *H.G. Wells*: Discoverer of the Future. New York: New York University Press, 1980.

HUNTINGTON, John. *Critical Essays on H.G. Wells*. Boston: G.K. Hall, 1991.

JAMES, Simon. *Maps of Utopia*: H.G. Wells, Modernity and the End of Culture. New York: Oxford University Press, 2012.

MANNING, Patrick. *Navigating World History*: Historians Create a Global Past. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph (ed.) *Conceptualizing Global History*. Boulder: Westview Press, 1993.

MCNEILL, William. History and the Scientific Worldview. *History and Theory*, Middletown, v. 1, n. 37, p. 1-13, fev. 1998.

MCNEILL, William. Passing Strange: The Convergence of Evolutionary Science with Scientific History. *History and Theory*, Middletown, v. 1, n. 40, p. 1-15, fev. 2001.

ROSS, William. *H.G. Wells's World Reborn*: The Outline of History and Its Companions. Danvers: Rosemont Publishing, 2002.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, Niterói, 23, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2017.

SCHULMAN, Eric. *A Briefer History of Time*: From the Big Bang to the Big Mac. New York: W. H. Freeman, 1999.

SHAW, David G. The Return of Science: Evolutionary Ideas and History. *History and Theory*, Middletown, v. 4, n. 38, p. 1-9, dez. 1999.

SPIER, Fred. *Big History and the Future of Humanity*. London: Wiley-Blackwell, 2010.

TEGGART, Frederick. *The Processes of History*. New Haven: Yale University Press, 1918.

WAGAR, Warren. *European Intellectual History Since Darwin and Marx*. New York: Harper & Row, 1966.

WAGAR, Warren. *H.G. Wells: Traversing Time*. Middletown: Wesleyan University Press, 2004.

WELLS, H.G. *História universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

WELLS, H. G. *The Outline of History: Being a Plain History of Life and Mankind*. New York: The Macmillan Company, 1921.

WELLS, H. G. *The Idea of a League of Nations*. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1919.

WELLS, H. G. My auto-obituary. In: HAMMOND, J. R. *H.G. Wells: Interviews and Recollections*. New Jersey: Barnes & Noble, 1980. p. 117-119. (Publicado originalmente em *Strand Magazine*, v. 104a, p. 45-47, jan. 1943).

WILLIS JR., John E. *1688: o início da era moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOTAS

AUTORIA

Fábio Luciano Iachtechen: Doutor. Pós-doutorando, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Londrina, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Emanuel Kant, 709, 81.020-670, Curitiba, PR, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese – O argonauta de Cronos: estratos temporais em H.G. Wells historiador, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em 2015.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan

Beatriz Mamigonian

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 1 de fevereiro de 2019.

Aprovado em: 29 de março de 2019.

Como citar: IACHTECHEN, Fábio Luciano. Contribuições preliminares da História universal de H.G. Wells: elementos de história sócio-evolucionista e da world history contemporânea. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 290-308, maio/ago. 2019.

